

Brasil renegociará sem o Clube

Funaro rejeita mais uma vez fiscalização da economia pelo FMI

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem, após audiência com o presidente José Sarney, que o Brasil pode deixar de lado o Clube de Paris e partir logo - ainda neste final de ano - para a renegociação plurianual da dívida com os bancos credores, caso os governos dos países-membros do Clube insistam na exigência de fazer com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) "monitorize" a economia brasileira.

Em entrevista coletiva à imprensa no Ministério da Fazenda, ao final da tarde de ontem, Funaro disse que o País conta com canal aberto junto aos bancos credores privados, mas as negociações com o Clube de Paris chegaram e não saem do impasse, já que o Brasil não pode aceitar o monitoramento e as regras rígidas do FMI que "só atrapalham o retorno brasileiro ao mercado financeiro internacional".

O ministro da Fazenda afirmou que os credores privados consideram suficientes as consultas normais e estatutárias do FMI para a coleta anual das informações sobre a economia de país-membro como o Brasil. "Os banqueiros têm grande confiança no Brasil e na postura do governo brasileiro para o ajuste da economia do País",

observou Funaro.

Diante da decisão de governo de não negociar qualquer tipo de acordo do Brasil com o FMI, a iniciativa de quebrar o impasse fica a critério dos membros do Clube de Paris. De acordo com a colocação de Funaro, o Brasil rejeita o FMI para a rolagem do estoque da dívida e ainda quer a reabertura do acesso às linhas das agências oficiais de crédito, a começar pelos bancos e exportação e importação dos Estados Unidos e do Japão.

Para o ministro da Fazenda, o Brasil não pede muito para "a negociação definitiva" com o Clube de Paris. "Este ano, o Brasil pede mais ou menos a mesma coisa de janeiro último, quando o Governo brasileiro encaminhou a sua programação fiscal ao FMI e esperou o pronunciamento. O FMI interpretou o programa econômico brasileiro da forma que considerou correta e, depois, comunicou que a política do Brasil era certa. Esse comunicado foi suficiente para o fechamento da renegociação da dívida de 1985 e deste ano. Agora, o Brasil espera o mesmo: a missão de consultas do FMI vem e, com bases nas informações obtidas, o fundo diz o que pensa, afirmou Funaro.

Como o Brasil descarta a hipótese de qualquer acordo com o FMI, inclusive o monitoramento ampliado aceito pela Venezuela, a linha de renegociação brasileira seguirá, segundo o ministro da Fazenda, caminho "muito diferente" da do México. Apesar de rejeitar com veemência a colocação de que o México foi usado para isolar a posição anti-FMI do Brasil - "em Washington, manteve contato permanente com os ministros mexicanos e argentinos" -, Funaro disse que o governo mexicano aceitou o FMI por ter condições de barganha piores que as do Governo brasileiro. Como exemplo, citou a necessidade de US\$ 6 bilhões de dinheiro novo e a acentuada depreciação dos ativos mexicanos no mercado internacional.

As posições duras e isoladas, segundo Funaro - das autoridades norte-americanas não apagaram a impressão do ministro da Fazenda de que o processo de solução para a dívida dos países em desenvolvimento "tem evoluído". Lembrou que, fora da solenidade formal do FMI/Banco Mundial, o diretor-gerente do fundo, Jacques de Larosière, e o próprio secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, elogiarem a política econômica brasileira.